

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 6.421, DE 2005

Acrescenta § 7º ao art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispondo que o fornecedor disponibilizará ao consumidor, enquanto não for sanado o vício, produto idêntico ou similar ao produto viciado.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Ricardo Izar

I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que, mediante alteração do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), pretende estabelecer que enquanto não for sanado o vício do produto, o fornecedor seja obrigado a disponibilizar ao consumidor produto idêntico ou similar ao produto viciado.

O autor do projeto de lei no Senado Federal, o Senador Demóstenes Torres, assinala na justificção da proposição que “a ausência da obrigação de disponibilizar de imediato um outro produto idêntico ou similar, para que o consumidor não seja sacrificado temporariamente em seu direito de uso e gozo do produto adquirido, e o prazo de 30 dias para sanar o defeito favorecem o fornecedor desidioso (parte forte da relação jurídica de consumo) em detrimento do consumidor (parte mais fraca e vulnerável)”.

Aberto o prazo regimental de 5 (cinco) sessões, no período de 16 a 23-02-2006, para o recebimento de emendas, nenhuma emenda foi apresentada nesta Comissão.



6565A37343

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), em seu art. 4º, inciso III, estabelece, como um dos princípios da Política Nacional de Relações de Consumo, a “harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170 da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores”.

Do princípio acima, é importante destacar dois conceitos que, por sinal, permeiam todo o Código de Proteção e Defesa do Consumidor: a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e o equilíbrio das relações entre consumidores e fornecedores. A preservação destes conceitos originais do Código requer do legislador que se abstenha de estabelecer ônus ou obrigação desproporcional à capacidade de cada um dos participantes ou que venham a inviabilizar a produção ou o consumo de bens.

Receamos que seja este o caso do projeto de lei em exame, porquanto o cumprimento de sua determinação implicará para os fornecedores o elevado encargo de reservar uma determinada quantidade de cada um dos produtos que vende para atender às demandas de substituição dos produtos que apresentarem defeito. E, para que a medida seja cumprida de forma eficiente, essa reserva terá de ser feita pelo comércio varejista, que é, dentre os entes compreendidos pela definição de fornecedor, o mais próximo do consumidor e o primeiro a receber sua reclamação, no caso de vício ou defeito do produto.

Se considerarmos uma grande loja de departamentos ou a seção de eletrodomésticos de um supermercado, teremos a dimensão do estoque de reserva que estes estabelecimentos comerciais terão que manter para a substituição de produtos defeituosos. Uma vez que, após o conserto do produto adquirido, o substituto deverá ser devolvido ao fornecedor, não será o caso de lançar mão de qualquer produto novo e entregar ao cliente, mas de manter um estoque especial para a finalidade de



substituição. Trata-se, portanto, de medida desproporcional e encargo por demais oneroso para o fornecedor, especialmente o comércio varejista.

De outro lado, o próprio art. 18 da Lei nº 8.078, que se pretende alterar, já prevê alternativa de solução para os casos especiais que se apresentarem. Muito embora o § 1º do artigo estabeleça o prazo máximo de trinta dias para que seja sanado o vício – sob pena de o consumidor, à sua escolha, exigir a substituição do produto por outro de mesma espécie, a restituição da quantia paga ou abatimento proporcional no preço – o § 2º dispõe que as partes podem convencionar a redução ou a ampliação do prazo, que não poderá ser inferior a sete dias nem superior a cento e oitenta dias. Prevê ainda que, nos contratos de adesão, o prazo seja convencionado em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

Além disso, o § 3º determina que o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º sempre que a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou quando se tratar de produto essencial.

Constata-se, portanto, que o tratamento dado à matéria pelo texto atual da Lei nº 8.078 é mais flexível, pois prevê a negociação entre as partes nos casos especiais; e mais equilibrado, uma vez que não impõe ônus elevado ao fornecedor, não se justificando a sua substituição pela regra fixa e onerosa proposta pelo projeto de lei.

Ante as razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.421, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Ricardo Izar
Relator



6565A37343